

Folha de S. Paulo

2/6/1984

Bóia-fria, sangue quente

Maria Conceição D'incao

Tornou-se lugar comum associar violência à miséria. No sentido de que exprime o óbvio e esclarece pouco.

A recente mobilização dos bóias-frias na região de Ribeirão Preto permite, entretanto, refletir um pouco sobre o que está por trás desta aparente obviedade.

Em primeiro lugar, lembrando algo que também é óbvio e que nem sempre é percebido como tal. Isto é, que essa miséria geradora de violência não é uma entidade abstrata ou um fenômeno natural. Ela é um fato social e, conseqüentemente, tem sua historicidade e seus autores. Seus beneficiários e suas vítimas. Significa dizer que ela resulta de todo um complexo de relações de todo um complexo de relações de produção e de poder que polarizam, de um lado, exploradores ou ganhadores e, de outro, explorados ou perdedores.

No caso específico dos bóias-frias, esse complexo de relações responsáveis pela situação de miséria vivenciada pelos mesmos é bastante transparente. Isto porque os bóias-frias, enquanto categoria de trabalhadores, existem como resultado de dois processos de perda. São os graduados perdedores da luta pela terra e os grandes perdedores da luta pelos empregos urbanos. Expulsos da terra por grileiros, grandes proprietários ou grupos econômicos, através de seus prepostos — jagunços ou o próprio Estado travestido em instituições encarregadas de questões fundiárias — esses trabalhadores se defrontam, na cidade com um mercado de trabalho onde a oferta é maior do que a demanda. Tendo sido socializados nas lides com a produção agrícola e drasticamente erradicados da terra, encontram-se desqualificados para as regras do trabalho urbano e acabam excluídos, também, dos empregos disponíveis na cidade. Nestas circunstâncias, passam a engrossar um imenso contingente de ofertantes de força de trabalho, que vai possibilitando à agricultura empresarial desenvolver-se contando com o trabalhador assalariado temporário — o bóia-fria — como alternativa mais barata do que a máquina, para os períodos de safra ou de pico de demanda de mão-de-obra.

Assim esboçado, o processo de emergência e de persistência do trabalho temporário na agricultura brasileira pode ser visto como produto de tão debatida política econômica concentradora da renda e excludente de força de trabalho, que se consolidou no país a partir de 64. Uma política econômica que, ao mesmo tempo, acentua cada vez mais a concentração da propriedade fundiária e incorpora ou privilegia uma indústria altamente tecnificada e poupadora de força de trabalho. O que significa dizer, de um outro ângulo, uma política econômica geradora de desemprego, de miséria e de violência. O bóia-fria, uma de suas grandes vítimas.

Reduzidos à condição de ter que aceitar qualquer trabalho para sobreviver, os bóias-frias passam a se constituir, a nível do país como um todo, numa safra preta serviço à agricultura e, nas entressafras, perambula à procura de emprego ou dedica-se a "biscates". Não têm sequer identidade enquanto categoria de trabalhadores. São vendedores de força de trabalho à procura de qualquer serviço. Nesse contexto mais geral, têm baixíssima capacidade de barganha na venda de sua força de trabalho e quase nenhuma capacidade de organização. Conseqüentemente, são submetidos a toda ordem de exploração. Ganham pelo que produzem e, quando têm trabalho, atingem o limite de suas forças. Recebem salários baixíssimos — há até os que trabalham em troca de comida — e não têm a garantia de quaisquer direitos trabalhistas.

Este, o pano de fundo que permite entender o significado das recentes greves acompanhadas de manifestações violentas por parte dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto.

Essa região, que se constitui no maior complexo agro-industrial do país, é também a que emprega maior quantidade relativa de trabalhadores temporários. E, ao mesmo tempo em que nela se elevam os índices de desenvolvimento tecnológico, tornam-se também mais sofisticados e eficientes os mecanismos de exploração desses trabalhadores. Só para citar alguns exemplos: os antigos "gatos" ou empreiteiros tendem a ser substituídos por firmas empreiteiras que, via de regra, são firmas arrematadoras dos mesmos "gatos" e acabam por se constituir num atravessador ou numa fonte de exploração a mais entre o trabalhador e o usineiro ou fornecedor. Os sistemas de mediação da produção de cada trabalhador — referência básica de seu salário — são submetidos a avaliação e orientação técnica e tornam-se cada vez mais distanciados do controle dos trabalhadores. Os movimentos do trabalho e das máquinas são analisados e o processo de trabalho, cada vez mais orientado para o maior lucro dos empregadores.

Avanços na direção da regulamentação das relações do trabalho acontecem muito lentamente. Alguns usineiros fixam parte da mão-de-obra e eliminam a figura do atravessador — o "gato" —, registrando os trabalhadores diretamente na usina e garantindo-lhes os direitos trabalhistas mínimos. Mas, são poucos e sempre dependendo da lógica da maior margem de acumulação. A baixa capacidade de organização dos trabalhadores, decorrente da própria natureza itinerante e intermitente do trabalho, vai permitindo que a empresa agrícola se desenvolva ao lado e às custas de uma classe trabalhadora destituída de quaisquer direitos humanos e cada vez mais reduzida a suor e a músculos.

Contraditoriamente, porém, vão surgindo na região as pré-condições para a organização dessa classe trabalhadora. O fato da região transformar-se em monocultura garante-lhe uma identidade econômica que tem, como contraponto, a emergência da identidade dos próprios bóias-frias, enquanto categoria de trabalhadores. A possibilidade de, todos os anos, trabalharem na safra vai possibilitando-lhes a auto-identificação como trabalhadores da cana. Vai permitindo-lhes substituir as velhas fantasias do trabalho na indústria ou da volta à terra, por essa dura realidade. Realidade que, uma vez enfrentada, passa a ser avaliada e criticada pelos mesmos. Passa a ser percebida como passível e necessitada de modificação.

Foi dentro dessa dinâmica que os usineiros da região — e de outras — decidiram, o ano passado, mudar o sistema de corte de cana. Contando com uma elevação da oferta de trabalho, decorrente da crise e do desemprego nos grandes centros urbanos, propuseram a substituição do sistema conhecido como "cinco ruas", que consistia na atribuição de cinco fileiras de cana para cada cortador, pelo de "sete ruas", um acréscimo de mais duas fileiras à antiga tarefa. Com essa mudança, a capacidade de produção de cada trabalhador e, conseqüentemente, seu ganho, ficariam reduzidos. Isso representava para os usineiros uma economia no combustível consumido pelas carregadeiras e uma cana mais limpa, uma vez que o número de montes de cana a serem carregados seria menor e que, juntamente com cada monte a máquina leva sempre uma quantidade de terra. Para o trabalhador, o novo sistema de corte significava um esforço físico muito maior, dado à maior distância a ser percorrida para amontoar a cana. Além de uma produtividade e, conseqüentemente, de um ganho menor.

A reação dos trabalhadores a essa medida foi imediata. Inúmeras paralisações de turmas ocorreram na região e só o baixo nível de organização dos mesmos impediu a ocorrência de manifestações de maior expressão. Algumas usinas tiveram que ceder à pressão dos trabalhadores, voltando ao sistema de "cinco ruas". Outras conseguiram se impor e mantiveram a inovação.

A safra decorreu mais tensa do que nos anos anteriores. O tema privilegiado em qualquer conversa ou encontro de trabalhadores — promovidos pelo Movimento Sindical Rural, pela Comissão Pastoral da Terra ou por Secretarias Municipais do Trabalho — era o das cinco ou sete ruas. E é interessante observar que o debate da questão sequer passava pela elevação do preço do metro ou tonelada de cana cortada, na relação direta da diminuição da capacidade de produção dos cortadores, como poderia parecer razoável ao observador desatento para as condições de extrema exploração em que vivem esses trabalhadores. Intervenções de assessores que iam nessa direção eram rejeitadas com argumentos do tipo "esse sistema encurta a vida da gente."

O limite de resistência dos trabalhadores havia sido violado. Nas frentes de trabalho, os rostos estavam mais cansados e o desânimo instaurado. A tensão e a revolta cresciam. Juntamente com os preços dos produtos de consumo — aluguel, alimentação, luz, água, instrumentos de trabalho, etc. — e a redução dos salários. A miséria aumentava, ganhando sua verdadeira face — a exploração — e tornando transparentes seus atores — trabalhadores e empregadores.

Foi nesse clima que ocorreu a tentativa de linchamento que derivou em uma série de manifestações violentas, em Barrinha — uma das muitas cidades-dormitório de bóias-frias da região — e que ocupou as manchetes de jornais, em outubro do ano passado. O incidente, embora deflagrado a partir da suspeita de estupro e assassinato de uma criança, teve a marca dessa revolta que era vivenciada pela população. A delegacia da cidade e vários carros da polícia foram incendiados. Prefeito, delegado e representantes de políticos da região, agredidos ou ameaçados de agressão. A revolta dos trabalhadores dirigia-se, notoriamente, contra as autoridades, isto é, os símbolos da sociedade que os oprimia.

Este ano, a safra iniciou com o debate da questão das sete ruas. Tem-se informação de que parte dos trabalhadores que anualmente são trazidos de outros Estados — Minas Gerais, Bahia, etc. — já colocaram para os empreiteiros a volta ao sistema de cinco ruas como condição para sua vinda. Nos sindicatos e encontros de trabalhadores da própria região a questão também era retomada.

A campanha salarial, que vem sendo realizada, anualmente, pelo Movimento Sindical Rural já há alguns anos, iniciou-se tendo, nesta questão, um forte elemento mobilizador. Incluía a volta ao sistema de cinco ruas como um dos inúmeros itens de sua pauta de reivindicações, com a qual percorria os caminhos institucionalizados, rumo às negociações. Mas, a tensão decorrente da elevação cada vez maior do custo de vida e do rebaixamento salarial andou mais rápido. E a região começou a explodir, com a mobilização de Guariba e, em sequência, Bebedouro, Sertãozinho, Monte Alto... Deixando claro, já nos primeiros momentos, que se expandiria por toda a região ou por todo o Estado.

A força com que o movimento eclode e as manifestações de violência — depredação da Sabesp e saques a supermercados — que apresenta são resultados, de um lado, da extrema miséria de que vêm sendo vítimas esses trabalhadores e, de outro da imaturidade de sua própria organização, que não lhes permite ter ainda claramente definidos os canais institucionalizados de sua participação política ou social.

A prontidão com que os empregadores se dispuseram a analisar os termos da pauta de reivindicações da campanha salarial e assinar o acordo são, por sua vez, um indicador a mais da dramática situação de exploração existente na sua relação com os trabalhadores. Basta lembrar que o acordo prevê mais de 300% de aumento salarial, além da volta ao sistema de cinco ruas e outras medidas que visam minimizar essa exploração.

A intenção declarada pelos empregadores de estender o acordo a todo o Estado são, também, indicadores significativos do quadro geral aqui delineado. Intenção, aliás, que não se defronta

com uma mera questão formal, conforme tem declarado o Secretário do Trabalho. Mas, com toda uma problemática política, ligada à própria organização dos trabalhadores e que merece análise especial.

Os bóias-frias iniciam uma nova etapa de sua história. Eles sentiram sua força e sentirão, a partir de agora, a importância de estarem organizados. Para a garantia dos próprios estabelecidos. E para a conquista de outros. Conquistaram o direito de negociar a venda de sua própria força de trabalho. E o processo é irreversível. A partir de agora, o diálogo entre empregados e empregadores será inevitável. Resta apenas, a estes últimos, escolher a linguagem a ser utilizada. Escolher entre a pressão do fogo nos canaviais, ou o discurso consensual dos espaços institucionalizados da estrutura sindical.

(Ilustrada — Página 4)